

CIDADE E PATRIMÔNIO: TRAÇOS DE LINGUAGEM

Ana Luiza Artiaga da Motta¹

Resumo: Nesta escrita, o estudo teórico e analítico recai sobre a materialidade simbólica, discursiva, da cidade, compreendida, enquanto discurso, conforme (ORLANDI, 2004). O trabalho se inscreve à teoria da Análise de Discurso cunhada por M. Pêcheux, na França, e desenvolvida por Orlandi, no Brasil. O *corpus* é constituído pela linguagem verbal e imagem sobre o discurso do Centro Histórico da cidade de Cáceres-MT, tombado em 2010, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. Para tanto, abre-se, nesta reflexão, a interface com a Sociologia, Arquitetura, História entre outras áreas de saberes. A questão incide, em compreender, neste trabalho, pelo movimento da interpretação, as *relações de sentido*, entre sujeito/cidade/patrimônio cultural.

Palavras-chaves: sujeito, cidade, discurso, patrimônio cultural

CITY AND HERITAGE: TRACES OF LANGUAGE

Abstract: In this paper, the theoretical and analytical study focuses on the symbolic and discursive materiality of the city – understood as discourse, according to (ORLANDI, 2004). This work subscribes the Discourse Analysis theory coined by Pêcheux in France and developed by Orlandi in Brazil. The *corpus* is made of verbal language and images about the discourse of the Historic Center in the city of Cáceres, Mato Grosso – registered in 2010 by the National Institute of Historic and Artistic Heritage/IPHAN. To this end, this reflection opens up the interface with Sociology, Architecture, History, among other areas of knowledge. The aim of this study is to understand, through the movement of interpretation, the relations of meaning between subject/city/cultural heritage.

Keywords: subject, city, discourse, cultural heritage.

Introdução

Ler a cidade faz pensar, sua distinta condição de existência, o aparato de conhecimentos, riquezas, divisões que se esquadrinham no social; uma vez que a cidade explicita, em seus rastros, o que a particulariza na urbanidade. Vejamos.

¹ Professora aposentada/UNEMAT, bolsista PDCTR/CNPq, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística/PPGL/UNEMAT. Projeto com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso/FAPEMAT e o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional/PDCTR/CNPq.

Há, no espaço territorial *citadino*, a paisagem natural que precede a intervenção do capital. Este, por sua vez, produz a cidade, alicerçando-a pelo trabalho concreto, obra humana/urbana. Lefebvre (2001) constrói uma reflexão abordando a engenhosidade da *própria cidade*, como *uma obra* “[...] a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”. (p.04). Ou seja, as ruas, praças, construções, festas, a paisagem natural que faz parte da cidade está no valor de uso e trocas, de existência.

Neste estudo, a leitura, a interpretação recaem sobre a materialidade simbólica da cidade compreendida como de *valor de uso e trocas* - a linguagem paisagística e arquitetônica - o Centro Histórico, da cidade de Cáceres-MT, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, em 2010.

Cáceres: breve percurso

Cáceres, localizada à margem esquerda do rio Paraguai, fundada em 1778, por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres faz fronteira, a 80km, com a Bolívia. Tem pela espacialização geográfica, a posição de entreposto, entre a cidade de Cuiabá e, a primeira capital do Estado de Mato Grosso, – Vila Bela da Santíssima Trindade (MENDES, 1998). É considerada como a “princesinha do Paraguai”, o Portal de entrada para o Pantanal de Mato Grosso.

O transporte fluvial tornou-se, nas primeiras décadas, o meio de entrada dos colonizadores, imigrantes na região, como também funcionou como a via de escoamento da produção, o trânsito de passageiro entre Cáceres e a cidade de Corumbá-MS, pelo portuário cais Mário Corrêa, localizado à Praça Barão do Rio Branco (conf. Mendes, 1998). O rio Paraguai tem a sua significância histórica, que constitui memórias discursivas à cidade que se configura com a tradição do peixe, a pesca. “Entende-se que é o rio Paraguai que dá *corpo* significativo à cidade de Cáceres, atravessando-a

com os efeitos imaginários, que organizam a cidade, o comércio, o espaço urbano, *a ordem citadina*.” (Motta, 2003, p. 53). Isto é, se dá a ler na/pela narratividade urbana do pescador ribeirinho, nos petrechos de pesca, no peixe e seus modos de significação: culinária, menu de restaurantes, estamparia em camisetas, telefones temáticos, souvenir, lendas, nomes de ruas bem como o consumo pelo turismo.

Orlandi (2017), pela teoria da Análise de Discurso, tem discutido a memória, em que se centra, a questão da narratividade urbana. A autora pensa *o modo como a memória se diz* em situações específicas, no modo de funcionamento das formações discursivas, identificando com distintos sentidos “determinados pela relação com a ideologia, que resultam em determinadas posições-sujeito.” (p. 207). Pontua que: “É analisando o modo como a memória se diz – narratividade – que podemos compreender como ela funciona na produção de sentidos para e pelos sujeitos, em condições determinadas”. (p.207). Depreende-se, a partir de Orlandi (idem), a narratividade distinta de *uma concepção retórica (como gênero)* e também a noção da *memória que se desloca de uma concepção psicológica, como cognitiva*.

Desse modo, a cidade tem pontos de ancoragem, sentidos, que constituem a sua narratividade urbana. Cáceres, por exemplo, se significa pela ambiência, que a circunda - fauna e flora – que a torna como ponto atrativo para a pesca desportiva, para o turismo, o setor pesqueiro, o Festival Internacional de Pesca – FIP – que a Prefeitura Municipal tem realizado, anualmente, desde 1980. Esse acontecimento inscreve em 1992, a cidade no *guines book* como o maior evento pesqueiro em água doce do mundo.

Do breve relato, nos interessa, nesta reflexão, adentrar à cidade pelas vias da linguagem paisagística do poder local, à arquitetura. A questão incide, neste trabalho, a uma reflexão teórica e analítica, sobre o modo como distintos casarios, datados dos meados do

século XIX, XX, na cidade de Cáceres, no Centro Histórico historicizam a sua narratividade urbana. Para tanto, mobilizaremos conceitos teóricos da Análise de Discurso tais como: memória, condição de produção, interpretação entre outros.

Pensemos como a própria palavra cidade é assentada em um, entre tantos, instrumentos linguísticos. Observemos.

Cidade sf. Complexo demográfico formado social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola XIII. Do lat. civitas II **cidadania** sf. Qualidade ou estado de cidadão XX II cidadão XIII, cidadão XIV, cidadã f. 1844 II **ciadela**, dim. De cittade “cidade” II citadino XVI. Do it. **Citadino**, de cittade, provavelmente através do fr. Citadin II **concidadão** 1833 (CUNHA, 1982, p. 182).

O dicionário, enquanto instrumento linguístico, descreve a palavra cidade. Traça o significado de forma pontual. Distintivamente, daquele que a descreve, conceitua, pensamos a cidade pela linguagem, materialidade simbólica que a significa. Ou seja, a cidade, enquanto discurso, tal como enfatiza Orlandi (2004), tem *seu corpo significativo* e oferece, em sua dimensão diferentes processos discursivos que a constitui. Nessa linhagem, Zoppi-Fontana (1996) pontua que *os processos discursivos que constituem as imagens de cidade e de citadino/cidadão que orientam as práticas do espaço urbano, implica pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam* (p. 53).

Para o analista de discurso ao tomar a cidade, pelo movimento da interpretação, o espaço social, não escapa ao sentido da língua, uma vez que, o sujeito nessa relação, se assujeita a língua para se significar, constrói história. Em outras palavras, *sujeito e sentido se constituem simultaneamente, na língua, na história*. É dentro desse processo discursivo constitutivo que se compreende a cidade. Desse modo, pensar a cidade de Cáceres, “Esse espaço

material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares” (Orlandi, 2001, p. 12), significa adentar-se, a leituras do espaço simbólico, a memória discursiva que a atravessa.

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

No espaço simbólico da cidade, as *relações de sentido* afloram pela linguagem, filia-se em uma rede de memória de dizeres, discursos transversos. Essa afirmação move a compreender que o sentido é constitutivo do sujeito, e, nos reporta, neste trabalho, aos processos discursivos sobre o patrimônio cultural tombado em Cáceres. No processo de tombamento, há, no poder local, no ano do Bicentenário da cidade, o acontecimento histórico a tomada do Marco do Jauru. Consta que “Em fevereiro de 1754, foi assentado o Marco do Jauru (na foz do rio Jauru, rio Paraguai) para definir os limites dos impérios coloniais, espanhol e português, na América do Sul, fruto do Tratado de Madrid”². Vejamos.

No processo de escolha dos símbolos da cidade de Cáceres, o tombamento pelo IPHAN (finalizado na véspera de 06 de outubro de 1978, data também estabelecida como momento de comemoração dos 200 anos da cidade) acabou sacralizando o Marco e seus valores enquanto uma referência cultural local e regional, sendo este ato possivelmente um dos principais propósitos se comparado urgência de necessidades de proteção e conservação. (ARRUDA (2014), p.77).

Conforme Arruda (idem), a patrimonialização do Marco do Jauru, no ano

2 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/367/#:~:text=C%C3%A1ceres%20nasceu%20da%20pequena%20Vila,defini%C3%A7%C3%A3o%20da%20fronteira%20do%20Brasil>. Acesso Dezembro/2024

do Bicentenário da cidade de Cáceres-MT, *torna-se o expoente como monumentalidade* que se significa no processo de preservação do patrimônio. Esse acontecimento de linguagem tem a sua significância tal qual pontua Arruda (idem, p. 78) *como relíquia da cidade, portadora de valores históricos e identitários já consagrados regionalmente, referência das histórias local e regional capaz de articulá-las às narrativas de ancestralidade da Nação*.

Faz pensar de que há, “um espaço discursivamente, isto é, como um lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos” (Pfeiffer, 2001, p.32). Em outras palavras, o Marco do Jauru reinstala, ressignifica uma nova rede de filiações, sentidos outros no processo discursivo de proteção do patrimônio cultural no espaço urbano.

Nessa linguagem, em 1976, o Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso – José Hugo Taques – considerando os estudos técnicos constituídos – Processo de Tombamento de bens nº 01/91 da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Fundação Cultural – faz a determinação da inclusão do “Centro Histórico de Cáceres” na relação de bens de relevância para o Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. Dispõe, assim, sobre o tombamento provisório do Centro Histórico de Cáceres.

A Lei nº 3774 de 20 de setembro de 1976, pontua: § 1.º “[...] só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico estadual, depois de inscritos, separados ou agrupadamente, num dos Livros do Tombo [...]”. Há, assim, um movimento discursivo sobre o patrimônio, pelo estado de Mato Grosso, e requer a análise a regularização para o assento em um dos Livros do Tombo.

Desse modo, a Lei nº 891 de 16 de novembro de 1982, da Câmara Municipal de Cáceres decreta e o Prefeito sanciona o Art. 144 da Lei nº 137 de 14 de abril de 196, que se refere ao Código de Postura e de Obras. Acrescenta-se,

a esse, o Art. 2º que institui para a Secretaria de Desenvolvimento Social, o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Município. Delega-se a função de “promover a identificação, proteção, registro e fiscalização dos bens de valor histórico, artístico ou monumental, bem como dos locais de interesse turístico ou paisagístico, para fins culturais e recreativos, da coletividade em geral”.

Já o Decreto nº 185 de 19 de abril de 1994 estabelece as normas de proteção e de preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico do Município de Cáceres. Nessa regularidade jurídica, institui-se a Comissão Especial de Preservação e Tombamento/CEPT, que caberá o estudo técnico sobre o ato de tombamento em conformidade a Lei 891 de 16/11/1982, Art. 2º. Há, no percurso, uma hierarquização institucional de Leis, regularidades que cruzam o espaço urbano e se alargam, em um movimento, na continuidade de dizeres sobre o patrimônio/preservação. A questão é: Depreender também ao fio do discurso, como o discurso internacional da Carta de Atenas de 1931, que normatiza as relações de proteção e preservação do patrimônio cultural, *reverbera efeitos de sentido* no Brasil, na escrita do Decreto-Lei de 1937.

Brunel (2007) discute que o efeito da mundialização, da interdependência, não é novo sublinha que essa relação provém desde o Império Romano em torno do mediterrâneo. Pontua que as grandes navegações culminam no século XIX, entre 1870 e 1914. Salienta, todavia, que a conexão entre os povos, pensando a sociedade, é marcada no século XV. Esse efeito da interdependência do homem, em sociedade, na compreensão de um planeta, a terra comum, como algo que se habita, que precisa ser visto, protegido eclode com o discurso da globalização. E, nos últimos anos, permite dizer que a dimensão ambiental como assinala Viola (1996), é multidimensional, *não tem pátria*.

Desse modo, as leituras a partir de Brunel (op.cit.), Ferreira (op.cit.), dentre outros fazem pensar, no modo como os países constroem,

pelo discurso, os sentidos que tocam as questões de preservação, proteção e equilíbrio uma vez que o sujeito vive nessa relação sócio histórica e política, interdependente.

Aqui, tomados pela questão da preservação do patrimônio cultural, indistintamente, do lugar em que se está localizado, vejamos o que se lê.

A Carta de Atenas de 1931, da conferência “[...] recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época.” Essa Carta reverbera efeitos de sentido que se significam em um amplo movimento internacional, que se vislumbra em documentos internacionais como o Conselho Internacional de Museus – ICOM, criado em 1946. O ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações com a UNESCO. Tem-se, consecutivamente, a criação do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. Deve-se pontuar, outro marco, internacional, nesse processo de preservação remetendo a Carta de Veneza de 1964. Essa Carta aponta o – II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS – O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – aprova conforme o Art.2º que - “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.” Uma primeira observação: As Cartas de Atenas e Veneza têm o seu marco para o mundo pelas diretrizes políticas e sociais do discurso histórico de preservação do patrimônio. Um acontecimento de linguagem que mundializa as relações e seus efeitos de sentido.

No Brasil, tem-se o Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Consta, também a Lei nº378 de 12/01/ 1937 – que institui – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. No

Brasil, o Decreto Lei de 1937 normatiza, um modo de preservação do patrimônio cultural. Este é ressignificado no Art. 216 da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, 2000. No Município tem-se a Lei Orgânica, Código de Postura, Plano Diretor. Nesses documentos há o poder público e o privado. O discurso institucional de preservação, zelo ao patrimônio tombado, intervém no real do sentido da cidade, sitia sentidos, uma vez que o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico se delimita pelos na parte central da cidade.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 novembro de 1937, pontua que:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O excerto, Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937, mostra, no fio do discurso, as formações imaginárias sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, e diz sobre a conservação seja do interesse público. No Diário Oficial da União - Portaria do IPHAN nº 06/2022, publicado em 21/01/22, pontua que:

Dispõe sobre a definição de diretrizes de preservação e critérios de intervenção para as áreas de tombamento e de entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, situado no estado do Mato Grosso (MT), bem objeto de tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Iphan.

A Portaria do IPHAN nº 06/2022, delimita sentidos, *sítios de significação*, sobre a área tombada e do entorno. Esta tem a denominação oficial, em âmbito federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como Conjunto Arquitetônico,

Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres, reconhecido pelo processo de Tombamento nº1542-T-07, como Patrimônio Nacional. No mapa, o espaço delimitado, à figura do polígono, funciona como traços de linguagem.

Figura 1 - figura do polígono



(fig. 01) Mapa da Cidade de Cáceres – traçados Poligonais de tombamento e entorno/IPHAN – 2010 – Ministério da Cultura

A imagem Poligonais de tombamento e entorno/IPHAN, (fig.01) configura-se, pelo traçado geométrico, a pertença do espaço ao Conjunto Urbanístico e Paisagístico do patrimônio tombado. Há dois movimentos importantes nesse processo discursivo traçados na imagem, nos pontilhados de cor laranja – o perímetro tombado – vermelho – o perímetro de entorno – ou envoltório – textualizando sentidos, às formações discursivas, em que são produzidas (Pêcheux, 1995) em referência a área do tombo.

A imagem, na delimitação do perímetro traçado, no mapa, pelo IPHAN, remete ao que em Análise de Discurso tem discutido sobre a questão da imagem de que em termos discursivos “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...” (PÊCHEUX, p. 56, 1999). Isto é a imagem tem a sua significação, posição ideológica, e não uma superfície plana.

Desse modo, no mapa da cidade os traços Poligonais de tombamento e entorno têm a sua significação, remetem às distintas condições de produção do discurso de preservação do patrimônio cultural. O gesto dos traços

intervém no real do sentido, do espaço urbano do que é permitido e ou interditado, no poder local. Aqui, nos lembra Pêcheux (1995) de que “É, pois, *sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos*” (p. 91). Ou seja, as instituições coexistem, se desenvolvem nos/pelos processos discursivos, do poder jurídico. Neste caso, em análise, assentam-se, a nosso ver, nos traçados que dá corporeidade o polígono no mapa da cidade.

Nesse limiar, a Portaria do IPHAN nº 06/2022, Art. 3º faz saber sobre o valor histórico do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres:

II - Arquitetura resultante da ocupação inicial e do processo migratório e de intercâmbio cultural decorrente da abertura de casas comerciais para exportação de produtos das fazendas cacerenses e importação de mercadorias nos séculos XIX e XX, cuja expressão maior é a diversidade de tipologias arquitetônicas remanescentes representativas dos diferentes períodos (colonial, eclético, neoclássico e art déco).

O IPHAN, mediatizado pela Lei nº06/2022 faz saber sobre a arquitetura da cidade e pontua a ocupação, a colonização e o processo migratório na região. Isso remete a fundação da cidade, o rio Paraguai, como a entrada dos imigrantes, pela via fluvial, no Porto Mário Corrêa de Cáceres. No Art. 3º, § II “ [...] a diversidade de tipologias arquitetônicas remanescentes representativas dos diferentes períodos (colonial, eclético, neoclássico e art déco)” textualiza as relações do sujeito com o poder local, a ocupação, o intercâmbio cultural e os efeitos dessa relação com a edificação do patrimônio “cuja expressão maior é a diversidade de tipologias arquitetônicas” dos próprios casarios.

Figura 2 - Patrimônio tombado



Foto- Patrimônio tombado – acervo do pesquisador.

Cidade e patrimônio se demarcam, em uma distinta conjuntura, pela tipologia preciosa das construções. Um tecido de linguagem arquitetônica que se dá a ler na cidade e que coloca em trânsito o saber, a cultura, a história, que está além de uma testada de linhas, marcadas de massas e cor. Pensar o patrimônio tombado, o centro histórico, neste trabalho, faz pensar o sujeito a história. Não se trata, diremos de um campo cronológico, da memória histórica, na linha das circunstâncias do modo como se “instala”. Há sentidos que as atravessam, habitam, memória que se considere.

Certeau (1994), de um ponto de vista da História pontua que “[...] a memória não possui uma organização já pronta de antemão que ela apenas encaixaria ali. Ela se mobiliza

relativamente ao que acontece – uma surpresa, que ela está habilitada a transformar em ocasião. Ela só se instala num encontro fortuito, no outro”. (1994, p.162). Esse autor continua a reflexão e aponta nesse movimento, um exemplo de que “Como os pássaros que só põem seus ovos no ninho de outras espécies, a memória produz num lugar que não lhe é próprio.”

É interessante observar, aqui, do ponto de vista histórico, a capacidade de a memória ser alterada, vir de uma circunstância, entendida como algo fortuito que não lhe é próprio, e a perdendo é apenas lembrança, esvai. Certeau (idem) diz de forma bela e densa que “A memória vem de alhures, ela não está em si mesma e sim noutro lugar, e ela desloca (163).” Diferentemente da compreensão do campo da História que tece a memória como aquela marcada pelos encontros internos que, aloca, encaixa, se valendo de uma circunstância ao que Certeau pontua “como o piano que “produz” sons ao toque das mãos”. Neste trabalho, pelos descolamentos, teóricos da Análise de Discurso, compreende-se a memória, distintivamente.

Para Pêcheux(1999) a memória, “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas de conflitos de regularização... Um espaço de deslocamento, réplicas, polêmicas e contra discursos. (p. 56)”. Ou seja, não se trata de algo homogêneo, fechado em si próprio, como uma espécie de reservatório, mas de mobilidade. Conforme Souza (2012), “Em termos discursivos, memória se define, não como memória psicológica, fono-magnética ou registro de arquivo, mas sim na relação com o dizer.” (p. 50). Ou seja, a memória está na relação com o dizer, com a historicidade, constitutiva, entrecruzamentos no/pelo discurso.

A imagem: linguagem arquitetônica

Coelho (1979), pensando a linguagem arquitetônica diz que é efetivamente uma arte específica; porém questiona sobre os elementos

dessa linguagem, do modo como distintos arquitetos tecem suas leituras. Pontua que se pode decompor, a linguagem da arquitetura e da urbanística sendo “o discurso primeiro do espaço em si mesmo (o discurso do arranjo espacial) e o discurso estético do espaço (o arranjo espacial sob uma forma artística).” (p. 11). Para este momento, não adentraremos a uma discussão, sobre espaço/arquitetura. Porém, trazer a linguagem da arquitetura, do espaço urbano, como bens patrimoniais tombados movimenta a interpretação. “O trabalho da interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos.” (Souza, 2012, p.59).

Desse modo, o Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico tombado de frente para a rua é tecido por fios de distintas redes discursivas, em que cada qual torna-se parte do jogo discursivo da preservação do patrimônio tombado. Assim, o sujeito leitor, sujeito da interpretação, transita à leitura as imponentes construções arquitetônicas, a céu aberto, que *enlaça o corpo do sujeito ao corpo da cidade* (Orlandi, 2004). A cidade de múltiplas linguagens interpela o sujeito a produzir sentido entre o que a engenhosidade da arquitetura humana produziu e a natureza que a circunda.

No tecido citadino, há historicidade, múltiplas linguagens, todavia a ideologia produz o efeito da evidência, a opacidade como se a ordem simbólica que constitui a cidade, os casarios, fosse transparente. Há, desse modo, uma rede de sentidos, de formações imaginárias entre o Estado, sujeito e cidade - o patrimônio tombado.

No portal de entrada, na parte central, há a data e as letras iniciais do nome do proprietário nos traçados arquitetônicos dos casarios. Um traçado, uma condição histórica, que delimita uma distinta época e que a particulariza, pelas iniciais do proprietário. Isto reverbera a condição de produção em que se constrói o casario século XIX, XX que incide sentidos à nação.

Figura 3 - Fotos conjunto arquitetônico.



Fotos conjunto arquitetônico tombado - acervo do pesquisador

E ao inscrever o nome em letras iniciais e datas distintas remete – nesse lugar - a *ordem que constitui o sujeito do discurso*, o modo em que ele se assujeita, se significa, historiciza. Isto nos remete ao que Courtine (1999) nos convida a pensar a uma modalidade de *repetição vertical* que

[...] não é aquela da série de formulações que formam enunciado, mas o que se repete a partir disso, um não-sabido, um não reconhecido, deslocado e deslocando-se no enunciado: uma repetição que é ao mesmo tempo ausente

e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona ai sob o modo do desconhecimento, e presente em seu efeito, uma repetição na ordem de uma memória lacunar ou com falhas.” (Courtine, 1999, p.21)

O excerto nos conduz a compreender o modo do enunciável, pelo efeito de preenchimento que se constitui pelo interdiscurso. Este funcionando como “produtor de consistência no interior do formulável” (Courtine, *idem*, p.22). Diremos que emerge pela memória discursiva.

Observa-se assim, na ordem do discurso urbano, a discursivização, que atravessa o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres. O modo de funcionamento da linguagem arquitetônica, sobretudo, a diversidade de tipologias arquitetônicas, segundo o IPHAN: Colonial, Eclético, Neoclássico e Art Déco que constitui o patrimônio cultural. Esse bem patrimonial tombado evoca na transitividade urbana, a leitura sobre a colonização, ocupação migratória, no poder local, em face a memória nacional. O dizer da preservação vem, em pontos de ancoragem, restabelecer os implícitos, do discurso jurídico. É importante dizer conforme (VENTURINI, 2022, p.28) que “Na perspectiva de onde “olhamos” esse tempo, ele não se fecha e nem é homogêneo: caracteriza-se por estar aberto a sentidos outros”. Ou seja, gesta leituras questões que incidem sobre a interpretação.

Efeitos de Conclusão

Há na imagem da linguagem arquitetônica, um discurso que ressoa no tempo, algo a saber das práticas trazidas além-mar para as construções no Brasil. Esse efeito de núcleo central citadino que emerge em uma distinta época, devidamente datados, nominalizados, são partes testemunho de uma trajetória, das *relações de sentidos* entre cidade e sujeito. “A cidade demonstra as fronteiras discursivas configuradas pelas funções políticas administrativas, pela organização do espaço urbano que divide as

relações” (Motta, p.57). Ou seja, demonstra a força do investimento capital, uma *fisionomia* à cidade que converge aos meados do século XIX, XX (IPHAN/2022), e silencia partes da cidade, aquela parte citadina que não consta no discurso da preservação do patrimônio cultural.

Há uma disputa de sentidos atravessados pelas condições históricas de traços arquitetônicos, cor, datas e nomes. São formulações que se repetem, um modo de inscrever o sujeito na rede de sentidos que constituem a cidade. Nesse liame, a linguagem arquitetônica faz pensar pela arte, o museu a céu aberto, as mãos que a edificaram em uma distinta condição de produção e que evoca a salvaguarda, em face a memória nacional. Remetemos a Orlandi (2004) ao dizer que *o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade* e, ao que acrescentamos – de que não há como não dizer, não há como não interpretar, significar, aquilo que nos envolve, tomam corpo, no corpo/pelo corpo da cidade embora naturalizados pelo efeito da ideologia. Isto requer leituras questões que movimentam a posição-sujeito leitor na sociedade.

Referência Bibliográfica

ARRUDA, Renato Fonseca. *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. Dissertação de Mestrado Profissional - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - RJ, 2014.

BRASIL. *Carta de Atenas*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf> acesso 21/01/2025.

BRASIL. *Carta de Veneza*. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf> acesso 21/01/2025.

BRASIL. *Poligonais de Tombamento e Entorno*. Ministério da Cultura. Tombamento Federal -IPHAN. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres-

MT. Colaborador-Arquiteto Paulo Roberto M.Crispin. Desenvolvimento do projeto MIGLIACIO, M.C & PINHO, R.T. 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa de 1988*. Disponível em <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=constitui%C3%A7%C3%A3o+da+rep%C3%BAblica+federativa+do+brasil+de+1988+pdf> Acesso janeiro 2024.

BRASIL. *Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf>. Acesso janeiro 2024.

BRASIL. *Diário Oficial da União. Portaria IPHAN, nº 6 de 20 de janeiro de 2022*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/594> acesso 19/01/2024.

BRASIL. *Portaria nº92, de 5 de julho de 2012. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-secult/2012/portaria-minc-no-92-de-5-de-julho-de-2012>. Acesso janeiro/2024.

BRASIL. *Portaria nº85 de 22 de junho de 2012. Diário da União. Ministro de Estado da Cultura Interino – Homologa para efeitos do Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres-MT*. Disponível em: [DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937](#)

BRUNEL, Sylvie. *Quést-ce que la mondialisation?*. In: 10 questions sur la mondialisation, Spécial Sciences Humaines, nº1805, Mars. Paris, 2007.

CÁCERES. *Lei nº891 de 16 de novembro de 1982*. Altera o art.144 da Lei nº137, de 14/04/1961 acrescentando-lhe os §1º e 2º e dando outras providências.

CÁCERES. *Decreto nº185 de 19 de abril de*

1964. Estabelece normas complementares, em como promover a organização das ações de proteção e preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico do Município de Cáceres e institui a Comissão Especial de Preservação e Tombamento (CEPT), toma outras providências.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de fazer. Tradução- Ephraim Ferreira Alves. 9ªed. Editora Vozes, RJ. 1994.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Editora Nova Fronteira, RJ.1982.

COELHO, J. Teixeira Netto. *A Construção do sentido na arquitetura*. Editora Perspectiva, SP: 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. *O Chapéu de Clémentis*. In. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. (Trad.) Marne Rodrigues de Rodrigues. (Org.) Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre. Editora: Sagra Luzzato, 1999.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. Tradução – Rubens Eduardo Frias. SP: Centauro editora, 2001.

MATO GROSSO. *Portaria nº027/2002. Dispõe sobre o Tombamento para o Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Mato Grosso o “Centro Histórico de Cáceres”*. Situado no Município de Cáceres-MT.

MATO GROSSO. *Portaria 70/91. Em 06 de outubro 1991, o Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, dispõe sobre o Tombamento provisório ao Patrimônio Histórico do Centro Histórico de Cáceres em Cáceres–MT*. Conforme Capítulo III da Lei Estadual nº 3774 de 20 de setembro 1976.

MATO GROSSO. *Atos do Poder Legislativo Lei nº3774, de 20 de setembro de 1976*.

Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

MENDES, Natalino Ferreira. *Memória Cacerense*. Cáceres: Carlini e Carlinato, 1998.

MOTTA, Ana Luiza A. Rodrigues da. *O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado –UNICAMP, Campinas, SP: 2003.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. *O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso*. Tese (doutorado) - Campinas, SP: 2009. Orientador – Eni de Lourdes P. Orlandi.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Vão surgindo sentidos*. In. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 4ª.ed. SP. Cortez, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Tralhas e troços; o flagrante urbano*. In. *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Eni P. Orlandi (org.). - Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Cidade dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Eu, Tu, Ele: Discurso e real da história*. Campinas SP: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad.) Eni P.Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. *Ler o Arquivo Hoje*. In. *Gestos de leitura: Da História no Discurso*. Tradução: Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP. UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In. *Papel da Memória*. Campinas, SP. Pontes, 1999.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. *Cidade e sujeito escolarizado*. In. *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Eni P. Orlandi (org.). - Campinas, SP: Pontes, 2001.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. (Trad.) Rubens Figueiredo. SP: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. *O papel da imagem na constituição da memória*. In *Imagens na comunicação e discurso*. (Org.) Telma Domingues da Silva, Tânia Clemente de Sousa e Carmen Augustini. SP: Annablume, Belo Horizonte. Fapemig, 2012.

VENTURINI, Maria Cleci & KRUMMEL, Elivélton Assis. *Como uma luz na escuridão: o museu do Holocausto de Curitiba e(m) (dis)curso no(s)/pelo(s) funcionamento(s) da história, memória e educação*. In *Museus, arquivos, patrimônio e espaço urbano em (dis)curso*. (Org.) Maria Cleci Venturini, Maria Claudia Teixeira, Leandro Tafuri. Campinas, SP: Pontes, 2022.

VIOLA, Eduardo. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil 1989-1995. In. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Leila da C. Ferreira, Eduardo Viola (orgs.), Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

ZOPPI-FONTANA. Mônica Graciela. *Um estranho no ninho – entre o jurídico e o político: o espaço público urbano*. p. 53-65. In RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, número especial, julho 1999.

Submissão: maio de 2025.

Aceite: maio de 2025.